



LEVANTAMENTO DA SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS REVELA QUE EXISTEM 49 *OUTDOORS* NAS PROXIMIDADES DA PONTE JK

Ofensiva na Ponte JK

HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

A retirada dos 17 *frontlights* ontem de manhã da área tombada de Brasília foi apenas o primeiro passo para colocar fim à poluição visual na capital. O subsecretário de Fiscalização de Atividades Urbanas, José da Luz Araújo, garante que a próxima ofensiva do governo será contra a disseminação de *outdoors* nas proximidades da Ponte JK. De acordo com levantamento realizado pela secretaria, existem atualmente 49 painéis publicitários no local, mas nenhum tem autorização de instalação. Retirar esses engenhos é uma dificuldade extra para o governo, pois todos estão em área privada.

O governo deu prazo até o final de fevereiro para que as empresas que têm *outdoors* na região consigam autorização de instalação ou derrubem a estrutura. "Ao final deste período vamos retirar todos que estiverem irregulares", promete José da Luz Araújo.

O superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Alfredo Gastal, comemorou a retirada dos *frontlights* e a decisão do governo de fechar o cerco à publicidade na Ponte JK. Mas ele criticou a demora para a retirada dos painéis da área tombada. "Uma indústria de liminares foi criada, em prejuízo da cidade. Mas agora a Justiça e o governo estão agindo mais rápido e esta retirada é um grande passo em direção ao fim da poluição visual em Brasília", garante Gastal.

O QUE DIZ A LEI

O plano de publicidade proíbe

- Publicidade em áreas públicas, exceto anúncios de interesse público como campanhas de vacinação, espetáculos gratuitos no Teatro Nacional e divulgação do aniversário de Brasília
- Painéis luminosos na via L2, onde será permitido apenas um em cada lote particular
- Banners nas laterais dos prédios e anúncios acima dos edifícios
- Anúncios nas quadras comerciais superiores a 25% do tamanho da fachada
- Propaganda em áreas residenciais - com exceção de áreas próximas de comércio nos Lagos Sul e Norte
- Publicidade nos eixos Monumental e Rodoviário, incluindo os eixinhos

Heliete Bastos, integrante do Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília (Conpresb), classificou a retirada como um avanço. "Isso mostra que a Justiça acordou diante das agressões que Brasília vinha sofrendo. O atraso na regulamentação do Plano Diretor de Publicidade deu margem a abusos como a colocação desses painéis na área tombada", garante Heliete. "Quanto à retirada de *outdoors* na Ponte JK, acredito que a dificuldade será maior porque a lei permite engenhos publicitários em áreas privadas", explica.

O presidente do Sindicato das Empresas de Propaganda Exterior (Sepex), Raimundo Liberato,

garante que as empresas já estão se adequando às normas para obter a autorização de instalação de painéis na Ponte JK. Ele acredita que nenhum *outdoor* será derrubado na área. "No caso de engenhos em local privado, a ocupação da área não pode exceder 60% do terreno. As empresas que não estão de acordo com essas determinações já começaram a se adequar", garante Liberato.

Plano diretor

A Administração Regional de Brasília já derrubou mais de 500 *outdoors* nos últimos dois anos e agora está fotografando os painéis irregulares em áreas privadas, para acelerar a retirada. A

remoção de engenhos nessa situação depende de autorização judicial para que os fiscais possam entrar na propriedade privada. O administrador de Brasília, Clayton Aguiar, garante que desde 2003 não autoriza a instalação de nenhum painel na cidade e promete negar todos os pedidos de autorização que chegarem às suas mãos. "Mais cedo ou mais tarde, todos os *outdoors* da área irão para o chão", garante o administrador.

O Plano Diretor de Publicidade foi aprovado há mais de dois anos pela Câmara Legislativa, mas falta a regulamentação da lei. Diante das reclamações dos órgãos de proteção da cidade e também das empresas de propaganda, o governo decidiu elaborar uma nova legislação no final do ano passado. A idéia é conciliar a Lei 3.035, que trata da publicidade na área tombada de Brasília, com as emendas propostas pelo Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília (Conpresb) e a regulamentação do texto, para criar uma nova proposta.

A secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diana Meirelles, responsável pela elaboração e análise da legislação, garante que dentro de um mês o novo projeto de lei será enviado à Câmara Legislativa. "Já passamos por uma sistematização dos referenciais e agora estamos em uma etapa de análise da proposta. O objetivo é buscar uma maior eficácia da lei, eliminando qualquer possibilidade de dúvida quanto à aplicação", garante a secretária.